

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 263

ESTABELECE NORMAS PARA O CONCURSO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO e as outras providências.

ONÓRIO ROMANO ALBERTI, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Cargos de funcionalismo da Prefeitura Municipal de Quilombo, serão providos mediante Concurso de Provas.

Art. 2º - Para concurso referido no primeiro artigo, será expedido Edital a ser fixado na portaria desta Prefeitura Municipal de Quilombo, e por três vezes publicado na imprensa escrita e falada de Chapecó, para a inscrição no prazo de 30 dias (trinta dias) contados da primeira publicação do Edital.

Art. 3º - O requerimento de inscrição será dirigido ao Poder Executivo Municipal e entregue na Secretaria da Prefeitura mediante protocolo.

Art. 4º - O Requerimento de inscrição, assinado pelo candidato deverá ter /
firma Reconhecida e acompanhada dos seguintes Documentos:

- a) Certidão de Nascimento, ou Carteira de Identidade, ou outro documento que comprove idade superior a 18 anos e inferior a 35 anos, incompletos.
- b) Quitação Militar.
- c) Título de Eleitor com Quitação.
- d) Laudo de Inspeção de Saúde, realizado pela Junta Médica que comprove condições física e mental para o exercício do cargo.
- e) Fôlha escrita ou melhor, corrida do Juiz da Comarca ou Comarcas em que o candidato residiu nos últimos 10 (dez anos).
- f) Atestado de idoneidade moral passada por duas pessoas notória Reputação, residente no Município de Quilombo.
- g) Quitação Escolar.
- h) Ajustar outros títulos que o Candidato achar necessário.

Art. 5º - O Senhor Prefeito decidirá preliminarmente sobre o pedido de inscrição feito, e que designará data para a realização das provas.

Art. 6º - O concurso constará de prova escrita, prática de Dactilografia e prova oral.

§ 1º - O Candidato reprovado na prova escrita será eliminado do Concurso.

Art. 7º - A prova escrita em conjunto, por todos os candidatos consistirá:

- a) Português ao nível do Ginásio.
- b) Matemática ao nível do Ginásio.
- c) Questões particulares ou melhor, pertencentes a Legislação Municipal.

§ Único - A prova Escrita terá a duração de 3 (três) horas, não sendo permitido ao candidato qualquer consulta.

Art. 8º - Na prova prática de Dactilografia, deverá o Candidato Dactilografar um trecho num prazo a ser determinado pela comissão Examinadora.

Art. 9º - A prova oral versará sobre noções de Organização Social, e Política Brasileira e questões práticas relativas ao cargo em concurso.

Art. 10º - O programa para as provas será elaborado pelo Prefeito Municipal que será Publicado pela Imprensa da Fôlha D'ESTE - CHAPECÓ.

Art. 11º - A cada prova será-lhe atribuída a nota de 0 à 10, por cada examinador e a média aritmética, será a nota obtida na prova.

Art. 12º - O Candidato que não alcançar nota média de 5 (cinco) nas matérias, consideradas eliminatórias, será considerado inabilitado do Concurso.

Art. 13º - Será aberto um livro próprio e rubricado pelo presidente da Comissão Examinadora, serão lavradas as seguintes atas:

- 1ª - De exame dos pedidos de inscrição dos Candidatos;
- 2ª - Da prova Escrita;
- 3ª - Da prova Oral.

De julgamento final das provas.

Art. 14º - O candidato ciente do Resultado do Concurso, poderá dentro de cinco dias recorrer fundamentalmente, para o Prefeito Municipal.

§ 1º - O recurso só poderá versar sobre o concurso, inclusive erro no cálculo das notas.

§ 2º - O recurso será apresentado ao presidente da Comissão Examinadora, após prestar esclarecimentos necessários, o encaminhará ao Prefeito Municipal.

§ 3º - O Prefeito Municipal, apreciará o recurso em 10 (dez) dias comunicando a decisão ao Presidente da Comissão Examinadora.

continuação

Art. 15^o - Após Término do Concurso e resolvidos todos os recursos da Comissão Examinadora, organizará a classificação final dos concorrentes e / indicará ao ^Prefeito Municipal para nomeação o nome do candidato melhor classificado.

Art. 16^o - Se fôr conculado por Preterição de Formalidade legal pelo Sr. Prefeito, se não tiver nenhum candidato inscrito abrir-se-á novo Concurso trinta dias ^odepois.

Art. 17^o - A Comissão Examinadora será Designada pelo Poder Executivo Municipal, sendo constituída de um Bacharel em direito, um Economista e Terceiros membros de Escolha do Sr. Prefeito.

§ 1^o - A designação de que trata este artigo, deverá ser anterior à publicação do Edital de que trata o artigo 2^o desta Lei.

§ 2^o - A Comissão Examinadora será secretariada por um Funcionário efetivo do Poder Executivo Municipal designado pelo Prefeito.

Art. 18^o - Os casos emissores serão resolvidos pelo Poder Executivo Municipal ou em conjunto com a Comissão Examinadora.

Art. 19^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal, 1^o de abril de 1.970-

Onório R. Alberti

Onório Romano Alberti
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra

Eleutério Siega
Eleutério Siega
SECRETÁRIO